

# COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL DE SEGURANÇA EM ELETRICIDADE

## ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**Local:** Fundacentro – São Paulo - SP

**Data:** 06 de julho de 2009

**Hora:** 13:30 hs às 17h00 hs

**Participantes:** Aguinaldo Bizzo (Força Sindical); Antônio Carlos Castellar (ABRATE); Argemiro Ferro Filho (SINDIELETRO); Clóvis Veloso de Queiroz Neto (CNI); Edna Lucia Alves Ferreira Rocha (SRTE/PA); Esteliano Pereira Gomes Neto (Sinergia CUT); Jeová Pereira de Oliveira (FNU-CUT); João José Barrico de Souza, João José Magalhães Soares (ABRADEE), José Carlos Scharmach (SRTE/AM), José Manoel Teixeira (UGT); José Renato de Carvalho Barbosa (Sindieletró/CUT); Luiz Carlos Lumberras Rocha (SRTE/RJ); Mario Sergio Ainsworth F. Lopes (IBS), Paulo César Andrade Almeida (MPS); Sizenando Figueira de Andrade (CHESF); Takao Paulo Hara (ABRAGE); Washington A. dos Santos (UGT).

\*\*\*\*\*

Iniciada a Reunião, Edna passou a palavra para Marlize Voigtlaender e Fabio Correa Leite, ambos da organização do evento ESW. Fabio fez um histórico do evento, iniciado dentro do I3E nos EUA e transplantado para a nossa realidade, onde passou a incluir não só o setor industrial como também as concessionárias, com realização bial e itinerante em vários estados. A quarta versão do evento, que ocorrerá em setembro em Blumenau, tem como proposta, além das discussões técnicas no sentido de difusão de boas práticas de implementação da NR10, disponibilizar a participação da CPNSEE, congregando a sua penúltima reunião ordinária, acrescentado por Marlize. Os temas definidos para o evento dizem respeito às áreas classificadas, aterramento, boas práticas, dentre outros, com apresentações de 30 minutos.

Bizzo, comentando o que fora exposto pela coordenação, destacou a importância e felicidade em relação ao evento, posto que o mesmo abrange setores que não o setor elétrico, atendendo a uma forte demanda de muitos membros da Comissão; acrescentado que deva-se tomar o cuidado sobre as demais apresentações, para que estas não colidam com posicionamentos de membros da Comissão, que serão externados durante o mesmo.

Edna ressaltou a potencialização dos resultados entre a Comissão e a realização do evento, sugerindo que a participação do grupo seja desenvolvida num turno de trabalho, proporcionada a isenção das inscrições para os mesmos e disponibilizada uma sala em que possa ser conduzida a nossa reunião, em conformidade com os temas e estruturação discutidos na última reunião. Marlize afirmou estar de acordo com a programação sugerida e ressaltou que a preocupação maior do público deva ser no que diz respeito à fiscalização e à implementação da norma nas atividades

industriais, acrescentando que o evento será estruturado considerando apresentações e debates, mas que abrirá espaço para uma mesa redonda da Comissão na terça-feira com três apresentações uma por parte de cada bancada e debates, totalizando duas horas.

Bizzo ressaltou a importância de destacarmos nas nossas apresentações a visão da Comissão sobre a implementação da norma no setor industrial e não do setor elétrico, como viés da Comissão, traduzindo no impacto da norma no setor industrial, elucidando as questões apresentadas e desvinculando a norma do SEP.

Marlize afirmou que não pode assegurar a gratuidade da inscrição para todos os participantes, mas que, inclusive, estão buscando patrocínio para o evento. Edna ponderou sobre a importância da participação da Comissão. Clovis compromete-se em divulgar o evento para as empresas no Brasil, utilizando a estrutura da CNI, solicitando à Coordenação um espaço para a divulgação dos trabalhos do Sistema S. Ante o exposto e considerando a importância da participação da Comissão, Marlize e Fabio afirmaram que tais inscrições, num número aproximado de vinte, serão asseguradas à CPNSEE, conforme lista a ser enviada por Edna até o fim desta semana. Atendendo às solicitações da Comissão garantiu um espaço na segunda-feira e terça-feira, dias 21 e 22 de setembro, para a reunião da Comissão, assim como o financiamento de duas passagens para o deslocamento de convidados da Comissão, cujos nomes sugeridos foram Barrico e Bizzo.

Retornando à pauta, Edna passou ao relato dos trabalhos das Subcomissões:

Quanto ao de vestimentas Lumbreras expôs os trabalhos realizados, que foram conduzidos num evento, sob a forma de workshop no dia 15 de junho em São Paulo, no qual foram feitas apresentações visando subsidiar os trabalhos do grupo; tais apresentações versaram sobre as especificações dos tecidos utilizados, métodos de seleção, uso e ensaios em vestimentas para arco elétrico e fogo repentino. Informações complementadas por Teixeira e Castelar, reforçaram que o objetivo da Subcomissão é o de estabelecer requisitos para subsidiar a NR6 e criação de um sistema normativo que regulamente este equipamento, que hoje não é previsto em qualquer norma interna, sendo os EPI aprovados por termo de compromisso.

João reforçou o trabalho do grupo, lembrando o trabalho que foi feito na CEMIG sobre os gases liberados pelo material da vestimenta quando da exposição ao calor ou fogo, Castelar acrescentou, sobre a deliberação do grupo de convidar representante do CB32 da ABNT e do Inmetro para expor os trabalhos em andamento no estabelecimento de métodos de ensaio para o EPI e o sistema de certificação. Bizzo reafirmou o exposto pelos colegas e de que as discussões foram extremamente proveitosas e, além dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento necessários, a urgência de ações neste tema, posto que nos últimos três meses ocorreram 26 acidentes fatais, na maior parte em empresas terceirizadas. Quanto às demandas encaminhadas ao DSST sobre vestimentas, estas serão avaliadas pela Subcomissão. Edna lembrou que o tema vestimentas trata-se de um equipamento de proteção individual e que este não pode ser tratado de forma isolada, mas dentro de um sistema, onde devem ser priorizadas as ações, complementado por Castelar que entende que os projetos de P&D devem ser priorizados na gestão do sistema,

utilizando os recursos disponíveis, complementado por Teixeira de que deve ser considerado o envolvimento dos trabalhadores nestes projetos.

Resumindo os trabalhos da Subcomissão de Capacitação, Edna rememorou o que fora discutido no período da manhã, informando que o grupo tratará as demandas encaminhadas sobre o tema ao DSST, procurando elaborar um instrumento que elucide as dúvidas suscitadas.

Distribuídos cópias de três processos encaminhados ao DSTT para comentários das subcomissões, para Barrico o processo nº 47753.000072/2009-54, representando a Subcomissão de trabalho desacompanhado e para Lumbreras os processos 46016.003337/2009-47 e 46245.000970/09-80. As subcomissões discutirão os processos e preparam as respostas para os mesmos.

Clovis expôs que quanto à Subcomissão do Seminário esta não avançou neste período, mas que não interferiram no cronograma de trabalhos do Grupo, que será ajustada a agenda em julho. Paulo complementou sobre a possibilidade de participação do Ministério da Previdência quanto à elaboração de material de divulgação para o evento. Clovis solicitou a todos o encaminhamento de sugestões para o evento.

João afirmou que os trabalhos da última Subcomissão, de trabalho desacompanhado, não caminharam neste período, até mesmo pelos problemas de saúde por que passou o coordenador.

**Data:** 07 de abril de 2009

**Hora:** 8:30 hs às 16h00 hs

**Participantes:** Aguinaldo Bizzo (Força Sindical); Antônio Carlos Castellar (ABRATE); Argemiro Ferro Filho (SINDIELETRO); Clóvis Veloso de Queiroz Neto (CNI); Edna Lucia Alves Ferreira Rocha (SRTE/PA); Esteliano Pereira Gomes Neto (Sinergia CUT); Jeová Pereira de Oliveira (FNU-CUT); João José Barrico de Souza, João José Magalhães Soares (ABRADEE), José Carlos Scharmach (SRTE/AM), José Manoel Teixeira (UGT); José Renato de Carvalho Barbosa (Sindieletro/CUT); Luiz Carlos Lumbreras Rocha (SRTE/RJ); Mario Sergio Ainsworth F. Lopes (IBS), Paulo César Andrade Almeida (MPS); Sizenando Figueira de Andrade (CHESF); Takao Paulo Hara (ABRAGE); Washington A. dos Santos (UGT), Nicola Franceli (Grupo REDE).

\*\*\*\*\*

Retomada a reunião foram iniciados os trabalhos pela discussão dos assuntos deliberados e pendências da reunião anterior. Ficando como Pendências para a próxima reunião: Encaminhamento de resposta ao ofício da ABRATE e Agendamento da reunião com a ANEEL, todos a cargo dos mesmos responsáveis e com datas postergadas até a próxima reunião de setembro, conforme quadro de acompanhamento, anexado a esta ata.

Deliberada a inclusão em todas as convocações de um período no primeiro dia no

turno da manhã para realização das reuniões das Subcomissões, assim como o chamamento a todos para envio de contribuições para aprimoramento do texto do manual explicativo da Norma, objeto de subcomissão.

Passou-se a apresentação de Andreia Quintana do Inmetro versando sobre o Programa de Avaliação de Conformidade de Equipamentos Elétricos em Atmosferas Explosivas, que será disponibilizada para todo o grupo.

Nicola encaminhará a todos os participantes projeto elaborado em parceria com o governo do estado do Mato Grosso para capacitação de eletricitas desempregados ou não para atender demandas do setor no estado, visto as deficiências existentes.

Retornando às pendências da reunião anterior passou-se a discussão sobre a participação no evento ESW, ajustando que será encaminhada por Edna até sexta-feira relação dos integrantes da Comissão que participarão do evento, bem como o pedido de acesso de todos os integrantes da lista de presença ao Painel. Será também encaminhada a relação dos temas que serão abordados por cada bancada.

Quanto às demais pendências, passou-se à discussão do programa de fiscalização, cujo encaminhamento fora solicitado pela bancada de trabalhadores na reunião anterior, Lumbreras apresentou de forma sucinta algumas ações que são conduzidas pelo programa de fiscalização do DSST em obras de infraestrutura, o qual privilegia as obras de infraestrutura energética do setor elétrico. Acordada pelo grupo a apresentação do programa e resultados por Lumbreras na reunião de novembro.

Bizzo fazendo uma reflexão a respeito do tema fiscalização retomou a preocupação com as mortes que vem ocorrendo no setor e a necessidade da mudança no cenário, arguindo quais ações devemos tomar para reverter este quadro. Esteliano reafirmando o exposto por Bizzo expôs acidentes ocorrido no setor, tanto por empregados de terceiros quanto próprios, destacando a preocupação com aqueles não fatais, os quais muitas vezes são sequer notificados.

Edna, continuando as considerações iniciadas por Bizzo, destacou a importância e a expectativa que tem com os trabalhos da Comissão e a responsabilidade de todos os agentes sociais aqui representados nos acidentes e óbitos ocorridos, lembrando o planejamento de fiscalização do Ministério, que será revisto em setembro, para o próximo ano, o qual será impactado pelas demandas que foram apresentadas. Encaminhará ao Departamento solicitação de que todos os estados desenvolvam ações planejadas no segmento e setor elétrico, quer por grupo de auditores próprios ou grupo móvel com auditores de outras regionais.

João, comentando o modelo do setor elétrico, entende que seja realizada pelo Ministério Trabalho uma discussão com o Ministério das Minas e Energia e a ANEEL no sentido de reverter os condicionantes do mesmo.

Jeová lembrando o papel da Comissão e a limitação que esta possui, recomenda à bancada de trabalhadores que encaminhe ao Ministro estas solicitações, tentando reverter a precarização ocorrida no Setor Elétrico, principalmente na construção de linhas de transmissão, e, infelizmente, destaca a ausência da ANEEL nas reuniões.

Nicola entende sobre a necessidade de desarmamento dos membros da Comissão no

sentido de evoluir nas questões apresentadas, como o trabalho isolado, lembrando as precárias condições que encontramos na infraestrutura em regiões mais distantes dos grandes centros.

Castelar, continuando as reflexões, considera que a Comissão tem avançado na discussão e melhorias das condições de segurança e saúde, principalmente quando da organização temática em subcomissões. Lembrando as limitações que possui a CPNSEE, reafirmou o exposto por Miranda no SENSE sobre a redução dos acidentes ocorridos de origem elétrica, fruto do trabalho de todos. Sendo importante a presença nas reuniões da Comissão de representantes do MME e ANEEL.

Os trabalhos foram retomados com a assinatura da ata da 13ª reunião.

Teixeira complementou o exposto anteriormente, afirmando que a ANEEL fiscaliza os empreendimentos do Setor Elétrico, mas, que quando arguidos, alegam que não trata de sua competência tal atividade. Destacou, também, a necessidade de formação dos profissionais do Setor, o que não vem sendo privilegiado no momento.

Sizenando, traçando um cenário no que fora dito, destacou o trabalho que apresentara, versando sobre compatibilidade de políticas públicas, lembrando as esferas de atribuições dos órgãos envolvidos, o que poderia ser catalisado pela criação de uma Câmara setorial do setor elétrico, fórum que congregaria as partes interessadas na busca do atendimento das demandas da sociedade. Entende que na esfera da Comissão encontram-se ações que podem ser desencadeadas, como o chamamento da ANEEL e a discussão sobre o trabalho desacompanhado, que demanda uma resposta à sociedade. Tema que entende deva ser incluído no acompanhamento de pendências, diz respeito a elaboração de termo de referência no que tange a terceirização no setor elétrico, objeto de reunião anterior em Brasília, a sob responsabilidade da SIT.

Bizzo concorda com ações que devam ser desencadeadas em nível institucional pela Comissão, quando refere-se ao relacionamento com a Agência, mas que não devemos olvidar que a causa de boa parte dos acidentes ocorridos não tem correlação próxima com tais ações, mas de não conformidades elementares que continuam a ser praticadas pelas empresas do setor, como extrapolação de jornada, falha de aterramento, principalmente nas terceirizadas, e demais fatores que demonstram falhas gerenciais que independem das discussões com a ANEEL.

Argemiro lembra que a terceirização precariza inclusive o vínculo afetivo e profissional que o trabalhador tem com a empresa contratante, reafirmando o que Nicola e Teixeira disseram acerca da qualificação e formação profissional.

Clovis reforçou intervenção feita por Mario Sergio de que terceirização não é sinônimo de precarização, reafirmando, como em outros Fóruns, o papel do governo como impactante na mudança de postura das demais empresas privadas, devendo dar o exemplo quando da contratação de empresas terceirizadas, no que diz respeito as questões de segurança e saúde. Sugere que seja feita uma moção de repúdio à ANEEL pelo seu não comparecimento e debate no âmbito das reuniões da Comissão.

José Renato entende que na prática a terceirização não tem representado melhoria de

eficiência, mas de precarização da contratação, citando que, apesar das limitações do setor público, o setor privado não pode ser utilizado como exemplo no que diz respeito às mazelas da terceirização, acrescido pelos comentários de Jeová, de que a terceirização não objetiva outro fim senão a redução de custos.

Edna retomando o tema capacitação e formação profissional lembrou o papel do sistema S nesta atividade, principalmente junto às concessionárias do Setor elétrico, complementado por Mario Sergio que considera tratar-se de um problema estrutural do país, onde foi criado um vácuo no que diz respeito à capacitação de mão de obra. Teixeira propôs que na próxima reunião seja feita uma apresentação por parte de Sizenando da experiência da CHESF em parceria como SENAI de Santa Catarina no que diz respeito ao tema. José Renato complementou que tal assunto seja tratado no âmbito da subcomissão de capacitação e apresentado na Comissão, assim como o problema do enquadramento errôneo do CNAE no que diz respeito às atividades prestadas no setor elétrico. Paulo acrescentou que, apesar dos problemas inerentes ao enquadramento, este consiste num indicador síntese importante para caracterização do nexa técnico epidemiológico do FAP.

Barrico, já tratando em assuntos gerais, lembrou algumas situações que devem ser avaliados no que diz respeito ao trabalho desacompanhado.

Castelar propôs, como forma de trazer contribuições bem sucedidas das empresas, a apresentação da experiência da CHESF na contratação de terceiros, a qual, inclusive, foi um caso premiado na revista proteção. Edna ficou de verificar com a SIT o andamento dos trabalhos da Comissão constituída para analisar a terceirização e sugerindo que seja apresentado este trabalho para as concessionárias. Tal apresentação foi acordada para ser incluída na pauta da reunião de novembro.

Jose Renato pediu a troca do nome do Jairo pelo nome de Argemiro pela bancada dos trabalhadores.